

política

Candidatos ao Senado pedem mudanças no STF

Disputa para senador ganhou relevância com a crise na Suprema Corte deflagrada pelo caso do Banco Master



Marcus Meneghetti
marcusv@jcrs.com.br

A eleição de 2026 para o Senado Federal ganhou mais relevância com a crise institucional no Supremo Tribunal Federal (STF), deflagrada pelo envolvimento de membros da corte com o ex-banqueiro Daniel Vercaro e o Banco Master. Nos debates com os candidatos a senador que disputam as duas vagas pelo Rio Grande do Sul, diversos pretendentes têm proposto mudanças na maneira como os ministros do STF são escolhidos, a introdução de mandatos temporários e o andamento de pedidos de impeachment contra membros da Suprema Corte.

Atualmente, o presidente da República indica os nomes à Suprema Corte. Então, o indicado passa por uma sabatina na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado. Em seguida, os senadores precisam aprovar por maioria simples (com o voto de, pelo menos, 41 senadores) a indicação presidencial no plenário. Para ser indicado a ministro do STF, o candidato deve ter entre 35 e 75 anos, notório saber jurídico e reputação ilibada.

Além do papel dos senadores na análise das indicações ao STF, a Constituição Federal delega ao Senado a competência para processar e julgar ministros do STF em caso de crimes de responsabilidade. A Lei de Impeachment prevê a cassação de membros da Suprema Corte, mas, até hoje, não houve nenhum caso.

Por outro lado, o foro privilegiado prevê que senadores sejam julgados na Suprema Corte, em caso de processo judicial contra algum parlamentar. Alguns analistas avaliam que, como muitos senadores respondem a proces-



PEDRO FRANÇA/AGÊNCIA SENADO/DIVULGAÇÃO/JC

No pleito deste ano, eleitor escolherá dois nomes para senador

sos em tramitação no Supremo, os parlamentares temem retaliações caso levem adiante pedidos de impeachment contra ministros do STF. Desde 2021, foram apresentados 121 pedidos de cassação de integrantes do Supremo.

Pelas regras atuais, o próximo presidente da República terá direito a indicar quatro ministros. Além da vaga ainda ociosa do ex-ministro Luís Roberto Barroso, outros três membros da corte devem atingir a idade da aposentadoria compulsória (75 anos) até 2030: Luiz Fux, Cármen Lúcia e Gilmar Mendes. Confira as propostas dos principais candidatos ao Senado em relação ao STF:

Germano Rigotto (MDB)

Em vez de o presidente indicar um nome para ser sabatinado no Senado, o ex-governador Germano Rigotto defende uma lista sêxtupla. Funcionaria assim: o Conselho Nacional de Justiça indicaria dois nomes; o Conselho Nacional do Ministério Público, mais dois; e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), mais dois.

Esses seis nomes seriam submetidos à análise do Senado, que seleciona três nomes para serem mandados ao presidente. Finalmente, o presidente escolhe um dos três para assumir a vaga na Suprema Corte.

Frederico Antunes (PSD)

Candidato ao Senado pelo PSD, o deputado estadual Frederico Antunes considera “complexa” as mudanças no STF, de modo que acredita que a sociedade deveria participar da escolha dos ministros da Suprema Corte. Ele acredita que, além de mudar a maneira como os ministros são escolhidos, é necessário discutir a implementação de um mandato temporário.

Na avaliação de Antunes, outro tema que deve entrar na discussão sobre o Supremo Tribunal Federal diz respeito às competências da Corte: se continuará ampla como é atualmente, ou se será transformado em uma Corte Constitucional.

Manuela d'Ávila (PSOL)

A candidata Manuela d'Ávila defende um prazo para a análise dos pedidos de impeachment contra ministros do STF, para que essas petições não fiquem engavetadas ou tramitem de acordo com a decisão do presidente da casa. Contudo, ela pondera que a fiscalização do Senado sobre o Supremo não pode se tornar um instrumento de revanche.

Além disso, a candidata do PSOL propõe paridade de gênero na corte, a definição de mandatos de 12 anos e a criação de um Código de Ética para os altos car-

gos da República. A ideia é que o código defina regras claras sobre conflitos de interesse, viagens, benefícios privados e transparência obrigatória das agendas e reuniões com empresários.

Marcel van Hattem (Novo)

O candidato pelo Novo, o deputado federal Marcel van Hattem, é coautor de três matérias que tramitam no Congresso Nacional sobre mudanças no método de escolha dos ministros do STF: as Propostas de Emenda à Constituição (PEC) 225/2019 e 8/2021, e os projetos de lei 4001/2025.

A PEC 225 prevê que as indicações ao STF sejam feitas pelos Três Poderes (não só o Executivo); a exigência de que o indicado seja juiz de segunda instância ou advogado com pelo menos 10 anos de prática e mestrado na área jurídica; e a implementação de um mandato de 12 anos (não mais até a aposentadoria compulsória). As outras duas matérias estipulam o fim das decisões monocráticas, prazo para a tramitação de pedidos de impeachment de membros do STF, entre outras medidas.

Milton Cardoso (PSDB)

O candidato Milton Cardoso (PSDB) também quer alterações no Supremo Tribunal Federal. Na avaliação de Cardoso, a principal mudança seria a obrigatoriedade da idade mínima de 60 anos. Assim, cada ministro ficaria, no máximo, 15 anos no cargo. Afinal, os membros da Suprema Corte estão sujeitos à aposentadoria compulsória quando atingem os 75 anos.

O tucano também considera propor a diminuição da aposentadoria compulsória para 70 anos. Além disso, defende que a sabatina no Senado seja feita de maneira mais criteriosa.

Paulo Pimenta (PT)

O candidato pelo PT, o ex-ministro e deputado federal Paulo

Pimenta, defende três mudanças principais. A primeira diz respeito a um mandato de 12 anos para os ministros do Supremo Tribunal Federal.

A segunda proposta de Pimenta prevê que as indicações ao STF considerem a paridade de gênero, com indicação de mulheres e homens, sucessivamente. E a terceira prevê a criação de mecanismos que garantam mais transparência para os atos dos ministros.

Renato Jaguarão (Cidadania)

O candidato Renato Jaguarão (Cidadania) propõe duas alterações relacionadas ao STF. A primeira prevê que, além do presidente, outras instituições possam fazer indicações para ministros do STF. Por exemplo, entidades ligadas à magistratura, ao Ministério Público, a Ordem dos Advogados do Brasil e o próprio Congresso Nacional.

A segunda mudança estabeleceria um procedimento colegiado, com prazos e critérios objetivos para a análise dos pedidos de impeachment de ministros do Supremo. A ideia é reduzir a concentração dessa decisão na Presidência do Senado.

Ubiratan Sanderson (PL)

O candidato ao Senado pelo PL, o deputado federal Ubiratan Sanderson, apoia a PEC 45/2025, de autoria do Senador Carlos Portinho (PL-RJ), que introduz diversas alterações no método de escolha dos ministros do STF. Pela proposta, os ministros estariam sujeitos a um mandato de 10 anos, sem possibilidade de recondução ao cargo.

Quanto à escolha dos ministros, os novos membros da Suprema Corte seriam selecionados entre juizes de carreira indicados pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O CNJ indicaria uma lista sêxtupla. O presidente da República selecionaria três nomes. E o Senado faria a indicação final.

Zucco tem 41,6% e Juliana, 36,1%, mostra pesquisa AtlasIntel para o governo do Estado

A disputa pelo governo do RS tem Luciano Zucco (PL) na liderança, com 41,6% das intenções de voto, ante 36,1% de Juliana Brizola (PDT), segundo pesquisa AtlasIntel divulgada ontem. A diferença entre os dois é de 5,5 pontos percentuais.

Gabriel Souza (MDB) aparece na terceira posição, com 13,5%. Mar-

celo Maranata (PSDB) tem 0,8%, e Priscila Voigt (UP), 0,1%. Os votos em branco e nulos representam 1,6%, enquanto 6,3% não souberam responder.

Considerando apenas os votos válidos, Zucco tem 45,2%; Juliana, 39,1%; e Gabriel, 14,7%. O resultado indica a realização de segundo

turno. Em comparação com a rodada de 31 de agosto, Zucco passou de 44,3% para 41,6%, e Juliana, de 37,5% para 36,1%. Gabriel avançou de 10,4% para 13,5%.

Nos cenários de segundo turno, Zucco vence Juliana por 49,7% a 39,3%. Outros 11% votariam em branco, anulariam ou não souberam

responder. A disputa é mais apertada contra Gabriel. Zucco tem 42,8%, e o emedebista, 39,2%. A diferença de 3,6 pontos deixa os dois tecnicamente empatados. Brancos, nulos e indecisos somam 18%. Em um confronto entre Juliana e Gabriel, a candidata do PDT registra 38,8%, ante 34,5% do emedebista. Outros 26,7%

não indicaram um dos dois nomes.

O AtlasIntel ouviu 1.819 eleitores do Rio Grande do Sul entre 15 e 20 de setembro, por recrutamento digital aleatório. A margem de erro é de 2 pontos percentuais, com nível de confiança de 95%. A pesquisa está registrada sob os números RS-00981/2026 e BR-01816/2026.